

MUNICÍPIO DO PORTO NOVO
Assembleia Municipal

Deliberação n.º 05/IX/AMPN/2025

Sumário: Aprovando o Plano de Atividades da Câmara Municipal do Porto Novo para o ano 2025.

De 21 de março de 2025

O Plano de Atividades da Câmara Municipal do Porto Novo para o ano 2025 é um documento estratégico de carácter previsional que delinea as ações e projetos a serem implementados durante o 1.º ano de mandato da Equipa Camarária eleita nas eleições autárquicas de 1 de dezembro de 2024. Ancorado à plataforma eleitoral que foi sufragada nas referidas eleições e nos compromissos assumidos com todos os portonovenses para o mandato 2024-2028.

Neste contexto, este Plano de Atividades é mais do que um conjunto de ações. É antes de mais, uma visão estratégica para um município bem planificado, moderno, atrativo, desenvolvido, inclusivo, de oportunidades, de bem-estar e felicidade para todos.

Nesta conformidade, o plano de atividades integra, em todos os domínios das atribuições municipais, não apenas realizações materiais, como obras, infraestruturas, construções, acessibilidades, redes de água, mas também outras realizações como aquisições de equipamentos, participações, iniciativas e medidas que se mostram necessárias à realização do bem comum.

Assim,

Nos termos do artigo 235 da Constituição da República e ao abrigo da alínea b), do n.º 2 do artigo 81 da Lei n.º 134/IV/95 de 3 de julho, que aprova o Estatuto dos Municípios, a Assembleia Municipal do Porto Novo, reunida na sua primeira sessão ordinária do IX Mandato, nos dias 21 e 22 de março de 2025, delibera o seguinte:

Deliberação n.º 05/IX/AMPN/2025, de 21 de março

Aprovar, com nove (9) votos a favor do Grupo Político do PAICV, zero (0) votos contra e oito (8) abstenções do Grupo Político do MPD o Plano de Atividades da Câmara Municipal de Porto Novo para o ano de 2025.

Aprovado no dia 21 de março de 2025.

O Presidente da Assembleia Municipal, *João Fonseca Fernandes Ferreira*.

Plano de Atividades - 2025

I. ENQUADRAMENTO

O presente Plano de Atividades (PA) da Câmara Municipal do Porto Novo para o ano 2025 é um documento estratégico de carácter previsionar que delinea as ações e projetos a serem implementados durante o primeiro ano de mandato da Equipa Camarária eleita nas eleições autárquicas de 1 de dezembro de 2024.

O PA está ancorado à Plataforma Eleitoral que foi igualmente sufragada nas referidas eleições, e com os consequentes compromissos assumidos com todos os portonovenses para o mandato 2024-2028. Encontra-se também, devidamente alinhado com o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEMDS) 2030, assim como, com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, por forma a garantir uma abordagem integrada e holística para o desenvolvimento do Porto Novo.

Um plano de atividades aliado ao orçamento que o suporta, é sempre um ato balanceado entre a reflexão sobre o percurso institucional e a operacionalização de uma estratégia de projeção e desenvolvimento, marcado pelo contexto atual, assim como, pelos desafios existentes, a curto e médio prazo. Por isso, é necessário falar do nosso ponto de partida, apresentando de forma sucinta os principais desafios do município e que centram-se essencialmente: Na ineficácia e intransparência na gestão dos recursos do município; No Elevado nível de endividamento da Câmara Municipal junto à banca e fornecedores; Na pobreza e pobreza extrema; Na Insegurança alimentar e nutricional; No desemprego, especialmente na camada mais jovem; No baixo desempenho em relação ao desenvolvimento nacional – conforme o Índice de Coesão Territorial elaborado pelo Governo de Cabo Verde desde de 2022; Na perda de rendimento das famílias e aumento do custo de vida; No sufoco da classe empresarial, motivado pelas altas taxas e impostos; Na incapacidade em atrair novas empresas e projetos que sejam capazes de suportar o desenvolvimento do município; ou mesmo, na saída de jovens para outras ilhas e para o estrangeiro, promovendo a diminuição contínua da população. Paralelamente, não podemos deixar de lamentar que os sucessivos défices orçamentais apresentados todos os anos pelo anterior executivo camarário têm obrigado a Câmara Municipal a utilizar o recurso a empréstimos de curto prazo para financiamento com juros elevados (e que vêm avolumando a dívida desta autarquia a patamares inoportáveis), cujos montantes não foram utilizados parcialmente para mitigar as graves dificuldades que resultaram da elevada subida dos preços e a consequente diminuição do poder de compra das populações.

E para uma Câmara Municipal como a do Porto Novo, que tem vindo a ocupar um lugar modesto no volume total da receita cobrada, sinal de baixa atividade económica, tal representa um impacto brutal. Neste contexto, este Plano de Atividades é mais do que um conjunto de ações. É antes de mais, uma visão estratégica para um Porto Novo que queremos - Um município bem planificado,

moderno, atrativo, desenvolvido, inclusivo, de oportunidades, bem-estar e felicidade para todos. E onde, para fazer face a tamanhos desafios, é extremamente necessário começar a trabalhar desde já, no sentido de colocar os munícipes no centro da nossa ação política, com a consagração de propostas e políticas que valorizam e protegem a todos, sem que seja dada prioridade a alguns em detrimento de outros. E, é com este propósito que o PA de 2025 está organizado em seis pilares ou eixos principais:

Pilar 1 – Um Município Participado;

Pilar 2 – Um Município Economicamente e Socialmente Sustentável;

Pilar 3 – Um Município de Cultura, de Economia e Inovação;

Pilar 4 – Um Município Solidário;

Pilar 5 – Um Município que Investe em Saúde e Educação;

Pilar 6 – Um Município Resiliente e Seguro.

Sustentado nestes seis pilares, o PA de 2025 tem como principais objetivos o fortalecimento da governança local, através da promoção da participação cidadã, a transparência e a prestação de contas, garantindo uma administração pública mais inclusiva e responsável, o estímulo ao crescimento econômico e a criação de emprego, através de incentivos ao empreendedorismo, desenvolvimento de um turismo sustentável e melhoria da infraestrutura local, a melhoria dos serviços sociais através da garantia de acesso à saúde básica de qualidade, educação inclusiva e programas de bem-estar social, a proteção do meio ambiente e gestão de riscos através da implementação de projetos de conservação ambiental, gestão de resíduos e adaptação às mudanças climáticas, a promoção da equidade e igualdade de gênero com foco no empoderamento das mulheres e combate à violência de gênero, através de programas de capacitação e a cultura e patrimônio com ênfase na preservação das tradições locais, promoção de eventos culturais, artísticos e iniciativas comunitárias.

A elaboração do PA de 2025 para o Executivo Municipal ocorre, igualmente, em um momento de grandes desafios globais e locais. A materialização do plano estará condicionada às crises globais e ao quadro de incertezas gerado por fenômenos climáticos extremos, como secas prolongadas e/ou tempestades intensas, afetando a produção agrícola, o fornecimento de água e as infraestruturas, destacando a necessidade de ações robustas de adaptação climática.

Por outro lado, a Instabilidade Econômica com a volatilidade dos mercados globais, a perspectiva de restrições ao livre comércio e o comportamento da inflação que têm pressionado as finanças públicas e privadas, torna crucial a implementação de políticas econômicas que promovam a resiliência e a sustentabilidade.

Na mesma linha, as Tensões Geopolíticas têm gerado conflitos e crises em várias regiões do mundo, afetando o comércio internacional, a segurança energética e a estabilidade política, impactando diretamente às economias dependentes de importações e exportações, como Cabo Verde. Essas crises globais têm exercido uma influência significativa sobre a capacidade dos governos centrais e locais de planejar e implementar suas atividades de desenvolvimento. Cabo Verde, como parte da comunidade global, não está imune a esses desafios, que exigem uma abordagem adaptativa e resiliente para garantir o progresso sustentável.

A nível interno, os resultados de um estudo desenvolvido em 2023 pelo Ministério da Coesão Territorial, relativo ao já referido Índice de Coesão Territorial, coloca Porto Novo na penúltima posição entre os 22 municípios, e a elevada dívida da autarquia à banca, parceiros e fornecedores, impõe a necessidade de um rigoroso controlo das finanças municipais. Diante desse contexto desafiador, o PA de 2025 adota uma abordagem resiliente e sustentável, com ênfases no fortalecimento da resiliência comunitária através da implementação de programas que promovam a coesão social e a capacidade das comunidades de se adaptarem e responderem a crises, no desenvolvimento sustentável focando em projetos que integrem a sustentabilidade ambiental, económica e social, garantindo um desenvolvimento equilibrado e duradouro, na inovação e tecnologia através da utilização de tecnologias inovadoras para melhorar a eficiência dos serviços públicos, a transparência e a participação cidadã e em parcerias e colaborações procurando fortalecer relações com organizações internacionais, organizações da sociedade civil, ONG, setor privado e outros parceiros interessados, para alavancar recursos e conhecimentos que apoiem a implementação do plano.

Com este propósito, o plano reflete o compromisso do Executivo Municipal do Porto Novo com a superação dos desafios externos e internos, visando a promoção de um futuro sustentável para os portonovenses. Para conseguir esse desiderato, a implementação do plano requer a colaboração de todos os setores da sociedade portonovense e a capacidade de adaptação às circunstâncias em constante mudança.

II. PLANO DE ATIVIDADES E AÇÕES

1. MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

A modernização administrativa é uma prioridade fundamental para o Município do Porto Novo, visando aumentar a eficiência, transparência e qualidade dos serviços públicos prestados à nossa comunidade.

No Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2025, propomos uma série de iniciativas que têm como objetivo transformar e melhorar a gestão administrativa, alinhando-a com as melhores práticas e as novas exigências tecnológicas.

1.1. ADMINISTRAÇÃO AUTARQUICA

1.1.1. Serviços de Secretaria No âmbito da Lei de Modernização Administrativa, apresentamos as seguintes propostas para o ano de 2025:

Melhoria dos processos administrativos:

- Revisão e simplificação dos procedimentos administrativos para reduzir a burocracia;
- Implementação de sistemas de controle interno para garantir a eficiência e a transparência.

Capacitação e Desenvolvimento de Funcionários:

- Programas de formação contínua para os funcionários em áreas como gestão pública, atendimento ao cidadão e ética profissional;
- Aplicação do Plano de Carreira, Funções e Remunerações (PCFR) para motivar e reter talentos.

1.1.2. Informática

- Divulgação das atividades camarárias, através da dinamização/reformulação do site da Câmara associado à Loja “Online”, criação da Brochura Informativa Municipal/desdobráveis e da revista municipal;
- Renovação do Parque Informático – Aquisição de Computadores para substituição dos com mais de 5 anos de utilização:

Aquisição de 30 computadores para os diversos serviços prestados no edifício “Paços do Concelho” e 12 computadores para as Delegações Municipais;

- Aquisição de 1 impressora de rede/fotocopiadora para o Gabinete Técnico e 1 impressora para o Gabinete de Projetos “Pensar Porto Novo”;
- Elaboração de estudo para implementação de um sistema de gestão de documentos eletrónicos para reduzir o uso de papel e melhorar a eficiência;
- Desenvolvimento/aquisição e implementação de aplicação para a gestão de viaturas e máquinas;
- Desenvolvimento/aquisição e implementação de aplicação para a gestão de apoios diversos;
- Continuação da digitalização dos processos do Gabinete Técnico.
- Recrutamento de estagiários universitários para a Divisão de Informática.

2. PATRIMÓNIO

O Património Municipal é uma das mais preciosas riquezas da nossa comunidade, representando a identidade, a história e a cultura do município do Porto Novo.

O nosso compromisso com a preservação, valorização e promoção deste património é essencial

para fortalecer o sentimento de pertença e coesão social entre os munícipes, além de fomentar o desenvolvimento sustentável e o turismo cultural. Para o ano de 2025, propomos um conjunto de atividades e iniciativas que visam assegurar a integridade e a valorização do património municipal.

Estas atividades serão orientadas por princípios de sustentabilidade, inclusão, e envolverão a colaboração com entidades (públicas e privadas) e a participação ativa das comunidades.

2.1. Ações do Património

- Atualizar o inventário do património municipal;
- Incentivar e estabelecer parcerias com entidades públicas e privadas para apoiar financeiramente os projetos de valorização do património;
- Implementar incentivos fiscais para proprietários de edifícios históricos que invistam na sua conservação;
- Implementar incentivos como a isenção do pagamento da taxa referente a licença para obras de beneficiação (pintura de edifícios – protocolo com empresas do ramo), com vista a diminuição do cinzento existente que não contribuiu para a valorização da cidade.

3. RECURSOS HUMANOS

O Município do Porto Novo reconhece que os seus recursos humanos são o pilar essencial para a concretização dos seus objetivos estratégicos e para a prestação de serviços de excelência à comunidade.

O PA para 2025 reflete o nosso compromisso em investir no desenvolvimento e bem-estar dos nossos colaboradores, promovendo um ambiente de trabalho inclusivo, motivador e eficiente.

No âmbito dos Recursos Humanos, as iniciativas propostas para 2025 centram-se na valorização do capital humano, através de políticas de formação contínua, recrutamento e retenção de talentos, e na implementação de práticas de gestão inovadoras que visam aumentar a satisfação e a produtividade dos colaboradores.

3.1. Ações dos Recursos Humanos

- Implementar um programa de formação contínua para os colaboradores com formações que abranjam competências técnicas e habilidades de lideranças;
- Estabelecer protocolos com outras instituições visando o bem-estar e qualidade de vida através de programas que promovam a saúde física (atividades desportivas) e mental dos colaboradores (serviços de apoio psicológico);
- Reforçar os pacotes de incentivos e benefícios aos colaboradores como seguros de trabalho e bonificação das propinas nas creches e jardins municipais, entre outros;

- Implementar um sistema de gestão de talentos que identifique, desenvolva e retenha os colaboradores com maior potencial, promovendo o desenvolvimento de lideranças internas.

4. EDUCAÇÃO E CULTURA

O Município do Porto Novo, através das suas ações nas áreas de Educação e Cultura, procura promover o desenvolvimento integral das comunidades, respeitando e valorizando o potencial humano, a nossa rica herança cultural e natural.

O PA para 2025 reflete este compromisso, propondo iniciativas que visam a melhoria contínua da qualidade de ensino, mas também a valorização e promoção do nosso património cultural. Na Cultura, o nosso foco será a preservação e promoção das tradições locais, a dinamização de eventos culturais e artísticos e o apoio às iniciativas comunitárias (festas dos santos padroeiros das localidades), que reforcem a identidade cultural do nosso concelho.

4.1. Ações da Educação

- Melhorar a qualidade e acesso aos transportes escolares;
- Fomentar a igualdade de oportunidades e garantir que todos os jovens tenham acesso aos concursos para vagas e subsídios municipais para os estudos superiores;
- Apoiar os alunos de agregados familiares mais carenciados no ensino básico e secundário através da aquisição de uniformes, materiais escolares e outros considerados necessários;
- Apadrinhar os alunos mais carenciados do concelho no acesso à Residência Estudantil do Porto Novo;
- Promover formações profissionais de jovens em parceria com o IEFP (Instituto de Emprego e Formação Profissional), o CERMI (Centro de Energias Renováveis e Manutenção Industrial) e outras Instituições de Formação Profissional;
- Reabilitar a Rede de Infraestruturas do Pré-Escolar.

4.2. Ações da Cultura

- Promoção de ações que visam a criação de um fundo municipal para o financiamento de atividades culturais comunitárias – Fundo Municipal de Apoio à Cultura;
- Elaboração prévia e divulgação da Agenda Cultural Municipal Anual;
- Concessão de apoio logístico e financeiro a eventos culturais organizados pelas comunidades locais;
- Realização em parceria com os grupos carnavalescos e instituições de ensino o desfile do Carnaval 2025;
- Elaboração e execução do Projeto “Sonjon 2025”;
- Promoção de feiras e mercados culturais para a venda de produtos artesanais e artísticos locais;
- Apresentação de um novo formato para a Feira Agropecuária de Santo Antão (FEPASA);

- Realização de atividades culturais alusivas à comemoração do 50º Aniversário da Independência Nacional;
- Realização do Festival “Curraletes 2025”;
- Realização de atividades culturais alusivas à comemoração do dia do Município;
- Apoiar as festas tradicionais (festas dos “Santos Padroeiros”) nas diversas localidades do Concelho;
- Divulgação de trabalhos dos criadores e produtores de cultura, locais;
- Promoção de eventos de formação e intercâmbios culturais para fortalecer a produção artística local, troca de experiências e hábitos culturais;
- Promoção de concursos e projetos escolares voltados para a valorização da cultura local.
- Garantia de acesso gratuito ou a preços reduzidos a eventos culturais para famílias em situação de vulnerabilidade;
- Apoio a projetos e iniciativas de economia criativa que promovam a geração de renda através da cultura;
- Promoção de Ações de capacitação de agentes culturais em gestão de projetos e empreendedorismo cultural;
- Promover intercâmbios entre artistas de outros municípios/ilhas ou países;
- Promoção do ensino da música através da Escola Municipal de Música.

5. JUVENTUDE E DESPORTO

Para o ano de 2025, apresentamos propostas práticas para a área da juventude e desporto, atendendo que consideramos a juventude a força motora dos avanços que almejamos no nosso município, e o desporto, no âmbito competitivo ou de lazer, um meio de eleição para a formação moral e cívica dos portonovenses, além da extrema importância da prática desportiva para o nosso bem-estar.

Em coerência com a nossa visão, o PA para 2025 vai no sentido de proporcionar a nossa juventude e aos desportistas as ferramentas necessárias para que possam elevar o seu potencial, tanto ao nível das demandas individuais quanto ao nível coletivo.

5.1. Ações para a juventude

- Instalações Ludoteca/Mediateca (Berlim, Casa para todos e Centro paroquial);
- Recuperação dos centros de ATL (Atividades Tempo Livres) e CRM (Centro de Recursos Multimédia);
- Criação e Instalação do Conselho Municipal da Juventude;
- Criação de um Observatório de Emprego;
- Elaboração de um Programa de Estágio para a juventude;
- Elaboração do Programa de Financiamento do Voluntariado Jovem;
- Apoiar as associações comunitárias ligadas a juventude;

- Promoção de atividades juvenis de lazer e de integração social.

5.2. Ações para o Desporto

- Reabilitar as Infraestruturas Desportivas;
- Incentivar a Prática de Desporto Juvenil e Sénior (Formação);
- Apoiar as Associações Desportivas com meios financeiros (Subsídios);
- Elaborar Plano Estratégico de Desenvolvimento Desportivo;
- Conceber o Programa Bolsa Atleta - Contemplar mérito desportivo;
- Realizar a Gala do Desporto;
- Promover e apoiar a realização de eventos desportivos de inegável prestígio (Taça Interilhas de futebol e outros);
- Elaboração e implementação da Carta Desportiva Municipal.

6. IGUALDADE, EQUIDADE DE GÉNERO E CIDADANIA

O Município do Porto Novo, alinhado com a Plataforma Eleitoral sufragada e as diretrizes estabelecidas no PEDM 2030, reafirma o seu compromisso com a promoção da igualdade e equidade de género, bem como a defesa dos direitos de cidadania, como pilares fundamentais para o desenvolvimento harmonioso e inclusivo da nossa sociedade.

6.1. Ações da Equidade de Género e Cidadania

- Empoderamento das mulheres através da oferta de programas de capacitação e apoio ao empreendedorismo;
- Estabelecer programas de apoio às vítimas de violência de género, incluindo serviços de apoio psicológico, jurídico e social, bem como a criação de abrigos seguros em parceria com outras instituições que dedicam a causa (ICIEG);
- Colaborar com organizações não-governamentais (ONG) e outras entidades (ICIEG) que trabalham nas áreas de igualdade de género e cidadania, para fortalecer as iniciativas locais e promover a troca de conhecimentos e boas práticas.
- Organizar eventos culturais e educativos que promovam a diversidade e a inclusão, como exposições, peças de teatro, debates e conferências sobre temas relacionados com igualdade e cidadania;
- Estabelecer espaços comunitários seguros onde as mulheres e outros grupos vulneráveis possam reunir, partilhar experiências e receber apoio;
- Materializar ações que promovam a cultura de direitos e deveres, incentivando a participação cívica e o envolvimento ativo dos cidadãos na construção de políticas públicas;
- Promover atividades que reforcem o conhecimento e o exercício dos direitos humanos, e que incentivem a coesão social e a solidariedade.

7. INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

O pelouro da Informação e Comunicação da Câmara Municipal tem como objetivo assegurar a transparência, a eficiência e a eficácia na disseminação de informação e na comunicação com a população.

O PA para 2025 reforça o nosso compromisso em manter um canal de comunicação aberto, de proximidade, acessível e dinâmico, que promova a participação cidadã e o acesso a informações relevantes e atualizadas.

7.1. Ações da Informação/Comunicação

- Elaboração de um plano de comunicação para o desenvolvimento;
- Reformulação do gabinete de comunicação e imagem;
- Modernização dos meios de comunicação municipais;
- Implementação de estratégias de comunicação digital;
- Desenvolver e fortalecer plataformas digitais, redes sociais, garantindo uma presença online robusta e interativa.

8. RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E COOPERAÇÃO DESCENTRALIZADA

No âmbito das Relações Institucionais e Cooperação, a Câmara Municipal assume que é estratégica a promoção de parcerias e a construção de pontes com outros Municípios, instituições e organizações, a nível regional, nacional e internacional.

O PA para 2025 reflete o nosso engajamento em fortalecer as relações institucionais e expandir os laços de gemação, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e o intercâmbio cultural e económico do nosso município.

8.1. Ações das Relações Institucionais e Cooperação

- Celebração de novos acordos de gemação com Municípios que partilham valores e objetivos comuns;
- Celebração de novos acordos de gemação com Municípios que com experiências em áreas de interesse para o município do Porto Novo;
- Revitalização das parcerias existentes, através da realização de projetos conjuntos e atividades de intercâmbio;
- Promoção da cooperação institucional com entidades públicas, privadas e da sociedade civil, de forma a potenciar sinergias e a alcançar resultados positivos em áreas chave como a educação, a cultura, o turismo e o desenvolvimento económico;
- Participação ativa em associações de Municípios, a nível regional e nacional, assegurando que Porto Novo esteja presente em decisões que possam influenciar positivamente o futuro

da nossa comunidade;

- Incentivar a troca de experiências e boas práticas entre os nossos colaboradores e os seus homólogos de outras localidades, promovendo o enriquecimento profissional e pessoal.

9. URBANISMO, PLANEAMENTO TERRITORIAL, HABITAÇÃO e OBRAS MUNICIPAIS

Os pelouros de Urbanismo, Planeamento Territorial, Habitação e Obras Municipais tem como missão assegurar um desenvolvimento urbano harmonioso, sustentável e inclusivo, capaz de promover a qualidade de vida dos munícipes e a proteção do ambiente.

O PA para 2025 propõe uma série de iniciativas que visam promover o desenvolvimento do território de forma integrada, organizada, harmonizada e eficiente; construir infraestruturas importantes, necessárias para a mobilidade e acessibilidade, o desenvolvimento e a modernização do município, assim como, a melhoria das existentes; responder às necessidades de habitação e promover a melhoria das condições habitacionais existentes.

9.1. Ações do Urbanismo, Planeamento Territorial

- Criação de novos espaços públicos e a revitalização das áreas degradadas;
- Elaboração e aprovação do novo Plano Diretor do Município de Porto Novo (PDM-PN) – instrumento de planeamento com um horizonte temporal mais alargado (12 anos, conforme Art.º 108º do RNOTPU), onde para o efeito, serão implementadas as seguintes ações:

- a) Nomear uma Comissão de Acompanhamento responsável pela condução do projeto de elaboração do PDM-PN, nos termos do Art. 92º do RNOTPU;
- b) Proceder ao lançamento do concurso para a contratação de assistência técnica para a elaboração da proposta do PDM-PN;
- c) Preparar e implementar estratégia de consulta e discussão pública das propostas do PDM-PN, nos termos do Art.º. 94º do RNOTPU;
- d) Após aprovação da proposta do novo PDM-PN pela Câmara Municipal, submeter à Assembleia Municipal para aprovação;
- e) Após aprovação do novo PDM-PN pela Assembleia Municipal, proceder à sua submissão ao Governo para ratificação (Art.º. 97º do RNOTPU);
- f) Proceder à publicação do novo PDM-PN no Boletim Oficial e à publicitação/divulgação do mesmo nos canais mais apropriados.

Obs.: O processo de elaboração dos termos de referência e solicitação da aprovação da

Assembleia Municipal para a elaboração do novo PDM-PN (conforme Art.º. 90º do RNOTPU) já foi concluído.

- Criação de novas zonas de expansão, conseqüente elaboração e aprovação de Planos Detalhados em espaços estratégicos e com solo urbanizável disponível;
- Desenvolvimento de projetos de requalificação urbana e ambiental;
- Criação de novos espaços públicos e verdes que incentivem a convivência e o bem-estar da comunidade;
- Elaboração de um inventário detalhado das infraestruturas e equipamentos afetos ao funcionamento da Câmara Municipal, incluindo localização, estado, nível de operacionalidade, procedimentos de uso e manutenção, necessidades de manutenção ou reposição.

9.2. Ações de Habitação e Obras Municipais

- Elaboração, mobilização recursos e implementação de um Programa de Obras Municipais para o Período 2025-2028, nos domínios de competência da Câmara Municipal;
- Elaboração da política municipal de habitação;
- Promoção de iniciativas que visam garantir o acesso à habitação condigna com especial atenção aos grupos mais vulneráveis – Reabilitação e Construção de Habitações de natureza social; Plano de Atividades - 2025;
- Realização de obras de construção e requalificação de vias urbanas (PRAA) em diversas zonas da Cidade;
- Reabilitação do espaço “Aldeia Cultural Nôs Reíz”, incluindo a confeção e colocação de partes da vedação em madeira;
- Finalização das obras de requalificação da Praça do Pescador;
- Finalização das obras de requalificação da Praça da Escola Técnica João Varela;
- Conclusão das Obras de requalificação urbana e ambiental de Berlim;
- Calçamento de passeios de acesso ao complexo habitacional Casa Para Todos;
- Construção de parques infantis em Abufador e Fundo de Lombo Branco;
- Realização de intervenções de reabilitação e limpezas dos caminhos vicinais existentes nas localidades do interior do concelho;
- Conclusão da construção da placa desportiva de Jorge Luís;
- Conclusão da construção da placa de Ribeira dos Bodes;
- Conclusão da construção da placa de Compaínha/Lagoa;
- Promoção da construção do Polidesportivo Coberto do Porto Novo;
- Promoção das obras de asfaltagem da Avenida Amílcar Cabral e elaboração de um projeto complementar de requalificação dos passeios e colocação de mobiliários urbanos;
- Elaboração do Projeto e Orçamento de uma verdadeira Avenida Marginal da Cidade do Porto Novo e conseqüente procura de financiamento para a sua respetiva construção;

- Elaboração do Projeto e Orçamento da estrada de acesso Covão/Lombo de Cal - Tarrafal de Monte Trigo, e consequente procura de financiamento para a sua respetiva construção;
- Elaboração do Projeto e Orçamento da estrada de acesso Tarrafal / Monte Trigo, e consequente procura de financiamento para a sua respetiva construção;
- Elaboração do Projeto e Orçamento da estrada de acesso à Casa de Meio, e consequente procura de financiamento para a sua respetiva construção;
- Elaboração do Projeto e Orçamento para a redefinição da Estrada de acesso à Planalto Norte e consequente mobilização de recursos para a sua respetiva construção;
- Elaboração do Projeto e Orçamento para a Ponte na Ribeira de Desembarcadouro, que faz a ligação entre Chã de Camoca e Chã de Itália e consequente mobilização de recursos para a sua respetiva construção;
- Promoção e acompanhamento das obras de alargamento da rede de esgotos da Cidade de Porto Novo;
- Promoção e acompanhamento das obras de construção da Estação de Tratamento e Águas Residuais de Porto Novo (ETAR-PN);
- Promoção de ações que visam as obras de reordenamento da bacia hidrográfica da Ribeira das Patas;
- Acompanhar a construção da estrada de penetração R.^a Fria/R.^a dos Bodes;

10. TRANSPORTE E TRÂNSITO

- A segurança rodoviária será uma área central das nossas ações, com a implementação de campanhas de sensibilização, em parceria com outras instituições (Direção Geral dos Transportes Rodoviários, Escolas de Condução e Polícia Nacional), para a prevenção de acidentes e o cumprimento das normas de trânsito. 10.1. Ações do Transporte e Trânsito
- Estruturar e desenvolver um Programa de Gestão de Frota das viaturas ao serviço da Câmara, visando maior eficiência e eficácia;
- Apresentar à Assembleia Municipal uma proposta de contingente para expansão ou congelamento do transporte público através da atribuição ou não novas licenças de táxis;
- Oferecer programas de formação e capacitação para colaboradores motoristas e operadores de veículos pesados municipais;
- Implementar medidas de segurança no trânsito através da promoção da melhoria da sinalização vertical e horizontal, e passadeiras de peões no centro da cidade e demais localidades do município.

11. FISCALIZAÇÃO

A fiscalização municipal é essencial para o desenvolvimento sustentável e a manutenção da ordem pública. Esta função garante que todas as atividades económicas, comerciais e sociais sejam realizadas em conformidade com as leis e regulamentos locais.

A fiscalização eficiente protege a saúde, segurança e bem-estar da população, combatendo irregularidades e promovendo a justiça tributária. Além disso, ela assegura que os recursos públicos sejam corretamente utilizados, fortalecendo a confiança da comunidade na gestão pública.

Ao garantir a transparência e a conformidade, a fiscalização municipal desempenha um papel crucial na melhoria da qualidade de vida e no desenvolvimento económico do município.

11.1. Ações de Fiscalização

- Aquisição ou reparação de um veículo para estar ao serviço da equipa de fiscalização;
- Implementação de um plano de visitas, inspeções a operadores económicos, em articulação com outras entidades de fiscalização e inspeção (IGAE, Delegacia de Saúde, Polícia Nacional, etc.), para promover uma melhoria qualitativa das atividades económicas e de saúde pública no Município;
- Formações e reciclagem dos colaboradores da fiscalização municipal com as instituições parceiras (IGAE – Área comercial; ADECO – Direitos do Consumidor; Delegacia de Saúde – Saúde pública);
- Renovação do fardamento e equipamentos de proteção individual.

12. ENERGIAS E TELECOMUNICAÇÕES

O pelouro de Energia e Telecomunicações da Câmara Municipal tem como objetivo promover o acesso, em parceria com as empresas nacionais dos setores, aos serviços de energia e telecomunicações de qualidade, sustentáveis e inclusivos, que atendam às necessidades da população e impulsionem o desenvolvimento socioeconómico do município.

12.1. Ações de Energia

- Elaboração e submissão de projetos a parceiros para instalação de painéis solares em prédios públicos municipais;
- Reforçar a iluminação pública dos espaços municipais (praças);
- Apoiar na aquisição de materiais elétricos para ligações de energia às famílias carenciadas;
- Apoiar na implementação do Projeto de Energias Renováveis e Eficiência Energética dos Serviços Públicos em parceria com a Unidade de Gestão de Projetos Especiais – Parque Solar de “Tchã de Bomberdera”;
- Apoiar na implementação do projeto de modernização da central fotovoltaica de Monte Trigo;
- Apoiar na implementação do projeto de modernização das micro-redes de energias renováveis de “Tchã de Feijoal”;
- Apoiar, em parceria com a ADPM, na implementação do projeto “Sol do Planalto Norte – Energia para Todos” através da instalação de 26 kits individuais de energia fotovoltaica;

- Disponibilizar combustíveis para as micro-centrais de Chã de Feijóal e de Monte Trigo;
- 12.2. Ações de Telecomunicações;
- Apoiar, em parceria com a CvTelecom, a instalação de infraestruturas de fibra ótica e a melhoria da cobertura de internet e da rede móvel em todas as zonas do município;
- Oferecer em parceria com outras instituições, programas de capacitação digital para a população, visando aumentar a inclusão digital e as competências tecnológicas.

13. AMBIENTE, ÁGUA, SANEAMENTO E ESPAÇOS VERDES

O grande objetivo é a promoção de um quadro sustentável do nosso desenvolvimento, erguendo um contexto de racionalidade dos nossos recursos ambientais, de salvaguarda da nossa biodiversidade, e, conseqüentemente, assegurando a qualidade de vida nas zonas urbanas e rurais do nosso município.

13.1. Ações de Ambiente, Saneamento e Espaços Verdes

- Criação e gestão de espaços verdes e de lazer;
- Arborização, educação e qualidade ambiental;
- Construção de casas de banho;
- Preservação e conservação da biodiversidade;
- Construção e gestão de reservatórios, redes e ligações de água;
- Modernização do sistema do saneamento básico;
- Manutenção e reabilitação de cemitérios;
- Manutenção e reabilitação da Lixeira Municipal.

14. PROTEÇÃO CIVIL E BOMBEIROS

Pretendemos organizar um sistema municipal de proteção civil que funcione, de facto, como suporte do sistema nacional de proteção civil, pelo que propugnamos por metas que elevam a capacidade de resposta da nossa proteção civil ao nível da ilha e a competência operacional dos nossos bombeiros municipais, a bem da segurança dos cidadãos, dos seus bens e do meio ambiente.

14.1. Ações da proteção civil e bombeiros

- Elaborar o projeto do novo quartel a ser implementado nas antigas instalações - armazém do SAASPN;
- Reforço em termos de equipamentos para o serviço de proteção civil;
- Desenvolvimento de ações de formação e estímulo à entrada de novos bombeiros voluntários na corporação;
- Intensificação de ações de treinamento.

15. DEFESA DO CONSUMIDOR

No quadro da Lei n.º 88/V/98 de 31 de dezembro, incumbe ao estado e as autarquias a realizações de ações de defesa do consumidor, através de políticas educativas para os consumidores. Às autarquias competem-lhes, especificamente a adoção de mecanismos de acompanhamento, supervisão e controlo das medidas de defesa do consumidor.

15.1. Ações da Defesa do Consumidor

- Acompanhamento e supervisão das medidas de defesa do consumidor em harmonia com a lei em vigor;
- Desenvolvimento, em parceria com associações de consumidores de ações de formação e sensibilização em defesa dos direitos dos consumidores.

16. COMUNIDADES EMIGRADAS E IMIGRAÇÃO

O pelouro das Comunidades Emigradas e Imigração tem como missão promover a integração e o desenvolvimento das comunidades emigradas, bem como apoiar e valorizar os imigrantes que escolhem Porto Novo para viver, estudar, trabalhar e investir.

Nesse sentido o PA de 2025 propõe uma série de iniciativas que visam fortalecer os laços entre os munícipes e os novos residentes, reconhecendo o seu papel fundamental no crescimento, dinamismo e desenvolvimento económico do município.

16.1. Ações de Comunidades Emigradas e Imigração

- Criação da Janela do Emigrante, onde será desenhado e implementado canais mais eficazes e eficientes de comunicação entre os Emigrantes e a Câmara Municipal;
- Criação do Gabinete de Relação com Operadores Económicos e Emigrantes (GROPEE);
- Promoção de encontros e retiros de trabalho, sob o lema “Pensar e Apoiar Porto Novo” durante o período de férias dos emigrantes em Porto Novo;
- Implementação de programas de apoio social e económico às comunidades de imigrantes, com especial atenção aos grupos mais vulneráveis, como jovens, idosos e famílias de baixos rendimentos;
- Promoção de iniciativas para a inclusão social, a igualdade de oportunidades e a participação ativa dos cidadãos imigrantes na vida comunitária;
- Promoção da integração dos imigrantes na nossa sociedade, valorizando o seu contributo para o desenvolvimento do município e estimulando o seu envolvimento em atividades culturais, sociais e económicas;
- Colaboração com associações de imigrantes para a realização de eventos e festivais que celebrem a diversidade e a riqueza cultural das nossas comunidades.

17. PROMOÇÃO SOCIAL, SAÚDE PÚBLICA E INFÂNCIA

O ano de 2025 nos desafia à elaboração de planos e políticas consistentes na área social, reforçando a solidariedade e a coesão enquanto pilares fundamentais da gestão municipal.

A escassez de emprego e a falta de oportunidades tem colocado muitas famílias em situações de vulnerabilidade. Os retrocessos sociais, económicos e na dimensão territorial vêm especificados no relatório do Índice de Coesão Territorial de 2023 publicado pelo INE e que remete Porto Novo para o penúltimo lugar do índice. Assim, urge o esforço no acerto de políticas em matéria da promoção social, saúde pública e infância, de modo a colmatar as dificuldades evidentes porque passam muitas famílias portonovenses. Para a área da Pequena Infância, propomos, em parceria com a tutela do setor, projetos que visam a modernização das infraestruturas escolares do pré-escolar, a formação contínua dos educadores de infância, potenciando o sucesso escolar e a inclusão social.

17.1. Ações de Promoção Social

- Criação do Gabinete de Apoio à Família (GAF) para resolver situações de alojamentos de emergência;
- Promoção da autonomia através de apoios que visam a melhoria da qualidade de vida de pessoas com deficiência e idosos com dependência;
- Acesso a benefícios, serviços da assistência social e das demais políticas públicas setoriais;
- Reforço da loja social, permitindo a atribuição de cestas básicas.

17.2. Ações de Saúde Pública

- Apoio aos exames de diagnóstico e complementares;
- Promover Feiras de Saúde em parceria com outras entidades públicas ou privadas;
- Promover a saúde mental/prevenção da doença mental;
- Realizar consultas de especialidade nos postos de saúde das comunidades;
- Dinamizar a comissão municipal de saúde, junto aos parceiros;
- Fomentar a parceria entre a Autarquia e a Delegacia de Saúde, no desenvolvimento de ações de saúde comunitária e pública;
- Colaborar na prevenção e no combate ao alcoolismo e outras drogas.

17.3. Ações de Pequena Infância

- Conclusão da infraestrutura do jardim de infância de Lajedos em parceria com o Ministério da Educação;
- Conclusão da infraestrutura do jardim de infância de Alto Mira;
- Formação contínua dos educadores de infância;
- Criar espaços de saúde da criança em creches e jardins da Câmara Municipal;

- Apoiar as atividades desenvolvidas pelos jardins de infância, assim como pelas instituições e entidades que trabalham na defesa e proteção dos direitos das crianças;
- Comemorar o Dia da Criança em todo o município.

18. ATIVIDADES ECONÓMICAS

O pelouro das Atividades Económicas tem como missão promover o desenvolvimento económico sustentável, a inovação e a competitividade no município.

O PA para 2025 reforça este compromisso, propondo uma série de iniciativas que visam fortalecer o tecido empresarial local, incentivar a criação de emprego, fomentar um ambiente favorável ao investimento e apostar numa oferta turística com uma diversificação de produtos culturais ao longo do ano. Numa conjuntura de graves dificuldades económicas, propomos implementar uma nova visão estratégica para fortalecer o setor turístico. Com efeito, numa 1ª fase que espelham as ações a serem integradas no presente PA de 2025, vamos trabalhar no sentido dotar o Gabinete de turismo de recursos humanos e técnicos capazes de dar as respostas necessárias ao setor, apostar num modelo de desenvolvimento turístico de base comunitária, na criação de roteiros turísticos que integrem o património e as tradições locais, bem como na promoção e venda da marca Porto Novo “Nós Kretxeu”.

18.1. Ações de Agricultura

- Apoiar projetos de captação e retenção de água;
- Apoiar a introdução de rega gota-a-gota;
- Apoiar os agricultores no controlo de pragas;
- Apoiar o cultivo de árvores fruteiras;
- Implementar um programa de formação, designadamente para jovens agricultores;
- Apoiar as pequenas unidades de transformação.

18.2. Ações de Pecuária

- Mobilizar e abastecer água para os criadores;
- Construir pocilgas e currais;
- Apoiar iniciativas de aumento de produção de leites e carnes;
- Apoiar a melhoria das condições de transformação.

18.3. Ações de Pesca

- Aquisição de Equipamentos de Modernização e Segurança do setor;
- Formação e capacitação de pescadores nas áreas de tratamento e na embalagem de pescado em parceria com outras instituições.

18.4. Ações de Turismo

- Reestruturação do Gabinete do Turismo, dotando-o de melhores condições técnicas e humanas;
 - Desenvolvimento de roteiros turísticos que integrem o património e as tradições locais;
 - Criação e promoção da marca Porto Novo “Nôs Kretxeu”;
 - Criação de materiais promocionais sobre a cultura do Porto Novo para turistas;
 - Parcerias com operadores turísticos para incluir Porto Novo em circuitos culturais de Santo Antão;
 - Realização de eventos como feiras, workshops, fóruns e conferências para a promoção e venda do Porto Novo, enquanto produto e destino turístico;
 - Apoiar os guias de turistas, enquanto embaixadores do Município do Porto Novo e da ilha de Santo Antão;
 - Promoção do turismo como motor de desenvolvimento económico através da participação em feiras de turismo local, nacional e internacional;
 - Criação e implementação de um plano de ação de promoção e marketing das festividades de São João Baptista enquanto produto turístico;
 - Realização de ações de capacitação, formação e sensibilização no âmbito do turismo sustentável envolvendo os estabelecimentos turísticos, operadores e agentes do sector local;
- Plano de Atividades - 2025 26
- Mapeamento e reorganização de todos os agentes e operadores turísticos do concelho;
 - Promoção de encontros com os operadores turísticos com vista a inclusão e envolvimento na tomada de decisão;
 - Ações de valorização dos recursos naturais e culturais do município como produtos turísticos;
 - Realização da primeira feira de turismo de montanha e turismo cultural de Porto Novo no âmbito das festas do município e do dia mundial do turismo;
 - Criação de novos eventos (como “Fim d’ano né Porto Novo”), que atraiam visitantes e impulsionem a economia local.

18.5. Ações de Empreendedorismo

- Fomentar e apoiar o empreendedorismo jovem;
- Criação de um gabinete de apoio ao investidor;
- Capacitação em Género e Empreendedorismo;
- Ações de capacitação em gestão de pequenos negócios.

III. ACOMPANHAMENTO E EXECUÇÃO DO PLANO

A implementação deste plano será acompanhada de forma contínua, com ajustes estratégicos sempre que necessário, garantindo que as ações desenvolvidas estejam alinhadas com as necessidades e realidades do concelho, ao mesmo tempo que respeitem os princípios de equidade,

justiça social e sustentabilidade. Esse acompanhamento será feito graças a organização do plano em pilares ou eixos essenciais em que cada eixo contém um conjunto de atividades específicas, metas e indicadores de desempenho o que permitirá verificar o progresso e garantir a implementação bem-sucedida das ações.

Cidade de Porto Novo, aos 6 de março de 2025. — A Presidente, *Elisa Andrade Pinheiro* e os Vereadores, *Luiz Gonzaga Medina Silva*, *Celso Medina Santos*, *Neila Rodnina Lima da Luz*, *Juary Vicente Lopes Duarte Nobre*, *Ivone Fortes Sabino Évora* e *Osmar Avelino Silva Lopes da Silva*.